

Um governo de arromba

Rogério L. Furquim Werneck*

Como a condução da política fiscal do atual governo se compara com as dos outros quatro governos petistas?

Não chega a ser uma questão nova. Já na campanha presidencial de 2022, indagações nessa linha vinham sendo feitas com insistência por quem tentava entrever o que faria o candidato Lula da Silva, que decidira nada adiantar sobre a política econômica que adotaria caso viesse a ser eleito. “Nós não discutimos política econômica antes de ganhar as eleições. Em primeiro lugar, você tem de ganhar as eleições”. Foi o que declarou com todas as letras à revista *Time*, já em maio de 2022.

Era mais do que natural que o eleitor se preocupasse em saber qual Lula lhe pedia o voto: o do primeiro mandato, o da nova matriz econômica ou o que cometera o duplo desatino de alçar Dilma Rousseff à Presidência e depois reelegê-la.

A grande diferença, agora, é que não se trata mais de especular sobre o futuro e, sim, de analisar, com base em fatos objetivos, quase um ano e meio de gestão fiscal do Lula 3. E a verdade é que, a esta altura, a indagação já tem resposta clara e inequívoca. Não há mais como alimentar a fantasia de que a política econômica do atual governo possa replicar o que ocorreu nos dois primeiros mandatos do presidente.

Ao longo do Lula 1, a média anual dos superávits primários do setor público consolidado foi mantida em quase 3,5% do PIB. O que permitiu queda substancial da dívida bruta do governo geral como proporção do PIB, a níveis similares aos observados antes da desestabilização econômico-financeira que marcara a campanha presidencial de 2002.

No Lula 2, na esteira da crise de 2008 e do progressivo encantamento do governo com a nova matriz econômica, a média dos superávits primários caiu para cerca de 2,8% do PIB. O que não impediu nova queda de mais de três pontos percentuais na dívida bruta como proporção do PIB, ao longo do segundo mandato do presidente.

Nada parecido com o que agora se vê no Lula 3. Com o completo descrédito das metas pífias do mal encenado Arcabouço Fiscal, o que agora se explicita é um governo que, mesmo diante de um endividamento do setor público já de 76% do PIB, pretende atravessar todo um mandato presidencial incorrendo, ano após ano, em déficits primários substanciais. Pronto a impor, em seu quadriênio, um salto da ordem de 10 a 12 pontos percentuais na dívida bruta como proporção do PIB.

No mandato e meio de Dilma Roussef, a razão entre a dívida bruta e o PIB aumentou quase 16 pontos percentuais. Na entrevista que deu a William Bonner, no *Jornal Nacional*, em agosto de 2022, durante a campanha presidencial, Lula insistiu em defender que o primeiro governo Dilma tinha sido “extraordinário”. Para bom entendedor, era o que bastava.

Na verdade, a própria Dilma tinha plena consciência de quão desastrosa vinha sendo sua gestão das contas públicas. A melhor evidência disso é que atravessou a campanha presidencial de 2014 fazendo das tripas coração para esconder do País que o superávit primário daquele ano, cuja meta prometera cumprir, estava fadado a se converter em déficit.

Tanta importância deu Dilma a isso que sua inesquecível equipe fazendária não hesitou em recorrer a “pedaladas”, para manter as contas públicas adulteradas até o segundo turno da disputa presidencial. Como bem se sabe, os truques contábeis lhe asseguraram a reeleição, mas um ano e meio depois, lhe custariam o mandato.

Naquele tempo, presidentes ainda temiam não ser reeleitos caso o eleitorado viesse a saber que o governo violara a meta fiscal e incorrera num déficit primário de vulto. Lula, hoje, nem mesmo chega a reconhecer que contas deficitárias sejam um problema. Com o benefício da visão retrospectiva, é fácil constatar, agora, que nunca lhe passou pela cabeça outro plano que não fazer do seu terceiro mandato um governo de arromba, sem nenhuma preocupação com limitação de gastos. Um *gran finale* de suas três passagens pela presidência da República.

Mas não é bem isso que hoje se pode esperar dos descaminhos do Lula 3.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.